

IGREJA
DO SALVADOR
DE RIBAS
CELORICO DE BASTO

IGREJA
DO SALVADOR
DE RIBAS
CELORICO DE BASTO



Planta.

SUMÁRIO HISTÓRICO

Na obra *Corografia portugueza...*, o padre António Carvalho da Costa desenvolveu, com bastante minúcia, a história da fundação da Igreja do Salvador de Ribas. Porém, a narrativa colhia as informações na crónica dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, de frei Nicolau de Santa Maria (1668), cujo teor laudatório transitou entre ambas as edições, a de 1668 para a de 1706. Divisemos o que deixou escrito o padre António da Costa:

“Foy mosteiro que teve a sua primeira fundação em huma Ermida do Salvador do mundo, na qual residia um Ermitão; & andando visitando aquella Comarca o Arcebispo de Braga Dom João Peculiar, & tendo noticia dos muitos milagres, que fazia aquella santa imagem por aquellos lugares, edificou naquella Ermida huma Igreja, & Mosteiro de Santo Agostinho pelos annos do Senhor de 1160, & mandou vir do Convento de Santa Cruz de Coimbra para primeiro Prior dos seus conegos ao Veneravel Padre Dom Mendo, religioso de grande virtude, que morreo no anno de 1170, & foy sepultado na claustra do Mosteiro (...)” (Costa, 1706-1712: 145-146).

425

Esta narrativa, embora incorpore tópicos comuns a outras fundações (o bispo que busca o local miraculoso, o eremita escolhido para mostrar os sinais, etc.), não deixa de apresentar alguns dados interessantes sobre a fundação de uma igreja. Desde logo, o eremitério como origem da ermida na tipologia de santuário – espaços ulteriormente convertidos em cenóbio de cónegos regrantes. É, pois, no contexto deste movimento eremítico relacionado com “o progresso do repovoamento na zona Norte do País” (Mattoso, 1997: 103-145) que devemos compreender a fundação da Igreja dedicada ao Salvador, no decurso do século XII.

Numa primeira fase constituiria edifício menor destinado exclusivamente a proteger a “santa imagem”, cuja categoria não percebemos, isto é, se seria escultura totémica ou pintura com carácter apotropaico. Em todo o caso, a fama era suficiente para atrair o vulgo e até o dito arcebispo em visita aos seus domínios. Seria interessante conhecermos a iconografia de tal representação: se o juiz e justiceiro *Pantocrator*, se o Bom Pastor *salvator mundi*. A imagem poderia ajudar-nos a perceber quem se venerava afinal neste eremitério, se Cristo ou mesmo uma figura santificada que a Igreja tentou (e ainda tenta) modelar, obstando a que se designe o Filho de Deus por “Santo”, já que Ele participa na divindade do Pai. Não obstante, ao longo de toda a Idade Média e mesmo bastante além, permaneceu tal designação, humanizada na representação e veneração que, juntamente com todos os santos e santas, ainda se venera nos altares e retábulos de igrejas e ermidas¹.

¹ Pierre David (1947: 208) chamou a atenção para a data de 25 de novembro, apontada por certos calendários hispânicos, em cujo dia se comemorava a festa *sancti salvatoris*, mas sem qualquer relação com a vida de Cristo. Poderia, em alguns casos o São Salvador ser um obscuro santo ou mártir incorporado pelos santorais ibéricos? A dedicação ao Salvador será, sobretudo, destinada a catedrais e igrejas maiores a partir do século VI, sendo o movimento cluniacense o maior responsável para a disseminação desta invocação (David, 1947: 226).

Embora a data de 1160 deva ser entendida com o cuidado que merecem as fontes do tipo memorialista, é provável que, por meados do século XII, existisse já uma estrutura capaz de receber o prior D. Mendo, homem venerando que veio tomar posse do velho eremitério (ou pelo menos reformá-lo). Estranhamos, contudo, que no século seguinte ambas as Inquirições (1220 e 1258) não se refiram ao carácter monástico do espaço, nem aludam a quaisquer interferências dos cónegos regantes. Em 1220 diz apenas que a Igreja não era do padroado régio e, em 1258, uma das testemunhas, João Pires de Ribas, assevera que “era de cavaleiros e governadores” (Lopes, 2008: 212). Seriam estes governadores os de Santa Cruz de Coimbra?

Quem quer que fossem os seus padroeiros o certo é que os rendimentos de Ribas eram apetecíveis, de tal forma que, em 1320, a Igreja contribuiu com a soma de 350 libras para auxílio das Cruzadas (Almeida e Peres, 1971: 107). Integrava, então, o património da ordem de Cristo, onde de resto permanecerá nos séculos seguintes.

De facto, embora o cronista frei Nicolau de Santa Maria imponha a fundação do mosteiro e Igreja aos cónegos da sua ordem, o facto é que, em 1565, ele se encontrava sob gestão comendatária. Esta data assinala a exumação do corpo de D. Mendo (na sequência de campanha de obras?) que grande celeuma e comoção parece ter causado ao comendador Rui de Melo³. O que viu e mandou registar (ao que parece pela mão de notário apostólico) merece a transcrição:

“Aberto monumento sahio delle mui suave cheiro, & apareceo o corpo do Beato D. Mendo todo organizado, mas gastado até aos gíolhos [joelhos] sem ter mais que os ossos, & dos gíolhos pera baixo estavam as pernas inteiras, & com carne, metidas em huas meas de graã com uns çapatos nos pés, tudo tam novo, como se naquella hora lho calçarão. Que bem era que pés, que nunca derão passo se não em serviço de Deos fossem incorruptiveis” (Santa Maria, 1668: 331)⁴.

A crónica acrescenta que a fama de tão grande maravilha correu a região e não tardou que gente acudisse “a ver & venerar aquelles pés sagrados” (Santa Maria, 1668: 331). Esta descoberta, que podemos incluir no conjunto de invenções ou *inventia* de corpos sagrados, constitui uma oportunidade para que a antiga casa-mãe de Santa Cruz pudesse arrogar-se ao direito de tomar ou retomar para si a Igreja comendatária. Com o auxílio de Rui de Melo, talvez apiedado da descoberta, o prior geral de Santa Cruz moveu esforços para, junto do pontífice Pio V (p. 1566-1572), devolver Ribas à casa de Coimbra. Encontrou a oposição do cardeal infante D. Henrique que o admoestou: “não falasse mais naquella materia, pois aquelle Mosteiro estava

2 O autor do artigo “Ribas” na *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira* já estranhara a ausência de referências ao mosteiro e assevera poder tratar-se de uma colegiada agostinha, mormente a quantidade de propriedades sob o domínio direto da Igreja, capital suficiente para manter a comunidade (Correia et al., 1965: 514-515).

3 Rui de Melo ou Rui de Melo Pereira era filho de Francisco de Melo, comendador da Pena da ordem de Cristo, e de sua mulher, D. Beatriz de Barredo. Pelo lado paterno aparentava-se aos comendadores de Pombeiro (Gaio, 1938-1941).

4 Próximo do ano de edição desta obra, mas um pouco anterior, encontra-se a de Jorge Cardoso (1666: 841, 846), o *Agiologio lusitano*, que traz notícia sobre o “beato” Mendo, “varão de assinalada virtude”. Porém, a referência mais antiga que encontramos à exumação e ao milagre da incorruptibilidade é de 1624, da autoria do cónego regular Gabriel Penotto (1624). O cronista narra a *inventio* nos termos já descritos, fazendo alusão à inscrição sepulcral, sem data: “Hic jacet D. Menendus huius monasterij Prior, qui nunquam dum vixit, pedem moiut, nisi ad obsequiam Dei” (Penotto, 1624: 505).

unido pera sempre às Commendas de Christo” (Santa Maria, 1668: 332). Ao que parece, a terminante recusa causou um tão forte impacto na personalidade do prior que o levou à morte, “de desgosto”, no ano de 1566. Não obstante a importância da descoberta, o culto praticamente desapareceu. Francisco Craesbeeck, que refere tão-somente a existência de um dente do presumível beato (o qual conferia proteção contra mordedura de cães danados) (Craesbeeck, 1992: 360), diz não ter localizado a sepultura e aponta algumas incorreções dos cronistas quanto ao teor da inscrição desaparecida. Posto isto, o epigrafista Mário Barroca chega a pôr em causa a existência da lápide que supostamente assinalava a data da morte e local de sepultura de D. Mendo (Barroca, 2000: 345).

Em 1617, as rendas da comenda de Ribas de Basto orçavam pelos 215 mil réis (Ordem de Cristo, 1671: 258).

Por volta de 1727, quando o autor das *Memórias ressuscitadas...* passou por Ribas ainda viu o mosteiro arruinado, algumas pinturas e a inscrição que se supõe fundacional, de que falaremos mais adiante. Era, então, comendador D. Diogo de Sá Correia e Benevides⁵. Os memorialistas de 1758 não mencionam a história do beato Mendo, nem sequer as ruínas do mosteiro⁶, apenas alguns homens ilustres que honraram, com os seus ofícios (ligados às letras, religião e armas), o nome de Ribas (Lopes, 2005).



Vista aérea.

⁵ Era terceiro visconde de Asseca, neto do célebre Salvador Correia de Sá e Benevides (1602-1688), um dos heróis da Restauração que ajudou a reconquistar algumas praças e territórios para o Reino de Portugal, nomeadamente Angola e São Tomé e Príncipe.

⁶ Pinho Leal (1878: 177) que, em alguns casos, visitou os locais que descreveu nos seus verbetes (a maioria eivado de incorreções) diz-nos, na segunda metade do século XIX, que parte do mosteiro ainda existia, porquanto era residência do pároco, “o resto foi demolido”.



428

Vista geral.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

A Igreja do Salvador de Ribas ostenta ainda a sua fábrica arquitetónica medievá bastante bem conservada, ou seja, perfeitamente legível ao nível do seu exterior. Dizemos medievá tendo em conta a cronologia que nos é indicada pelos seus elementos decorativos e estruturais, mas também por uma inscrição que nos confirma tal cronologia.

Uma vez mais estamos diante de um exemplar arquitetónico que, partindo de um gosto e de um “saber fazer” seguramente românico, mostra como as formas perduram ao longo dos séculos. Daí que, embora historiograficamente se tenha falado de que esta Igreja, antes de ser românica, pertence à família do chamado “gótico rural” (Almeida, 2001: 124), somos antes levados a afirmar que estamos diante de um testemunho de “resistência” das formas que não deixa de ser recetivo à novidade. Vejamos.

Começemos pela inscrição profundamente estudada por Mário Barroca (2000: 1954-1956): [... era:] M^a : C^a : C^a : C^a : [VII^a.:] / [...] T : ISTE : FECIT : / [...m^a : clitis : mlvii :].

Gravada em silhar reaproveitado na torre sineira da Igreja (adaptado a peso para o sistema de relógio, embora hoje se encontre avulso), trata-se de uma inscrição comemorativa da conclusão da Igreja de Ribas ou de alguma fase construtiva (Barroca, 2000: 954). Tal como as expressões “fundavit”, “Fundata”, “Fundatus”, “Fundare” ou as suas variantes “Cepit Edificare”, “Incepit Edificare”, “Iecit Fundamenta”, a expressão “fecit” é geralmente utilizada a propósito da fundação de templos (Barroca, 2000: 310-311).



Torre sineira. Pedra avulsa. Inscricção.

Todavia, uma vez que esta epígrafe se apresenta hoje amplamente mutilada, tendo sido reduzida à forma cilíndrica, a reconstituição do texto original tem vindo a ser feita com base na leitura que Francisco Craesbeeck (1992: 361) apresentou em 1726⁷, estando ao tempo a inscrição embutida na parede sul da nave, entre a porta lateral e a cabeceira, conforme nos informa o memorialista (Barroca, 2000: 954). Segundo Mário Barroca, só a instalação dos retábulos laterais da nave, junto da parede do arco triunfal, terá justificado a remoção de silharia românica, por se ter mostrado necessário embutir o tardo dos mesmos na própria parede. Foi, pois, por essa ocasião que a inscrição terá ficado avulsa e provavelmente colocada no adro por o seu silhar “apresentar umas letras” (Barroca, 2000: 955). Este silhar acabou por ser um dos escolhidos quando se mostrou necessário talhar os pesos do relógio.

Assim sendo, sabemos seguramente que se pretendeu memorar, em Ribas, ou a conclusão da Igreja ou de alguma das suas fases construtivas na “Era de 1307”, ou seja, em 1269. Estamos, pois, diante de um testemunho datado tardiamente, entrando já na segunda metade do século XIII. Em Salvador de Ribas, a recetividade à novidade que a época gótica trouxe mostra-se nesta inscrição, não só através da paleografia característica desta época, como também pelo facto de aludir à construção como “iste fecit” (Almeida, 1978: 258).

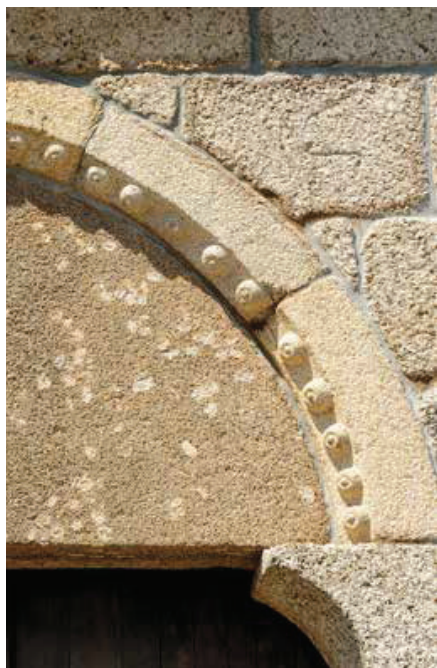
Além disso, como vimos anteriormente, embora se impute a Ribas a sede de um mosteiro de cónegos regrantes, a verdade é que o primeiro documento que alude à existência desta Igreja – simplesmente como “ecclesiam de Ripis” – data de 1240 (Barroca, 2000: 956). Ou seja, sabendo nós que a construção de uma igreja românica era, por regra, iniciada a partir da cabeceira e que, estando esta sagrada, se poderia nela rezar missa e celebrar outros ofícios enquanto prosseguiam os trabalhos na nave, e, tendo em conta a localização desta epígrafe relatada por Francisco Craesbeeck, poderíamos sugerir que, no ano de 1240, a cabeceira de Ribas estaria edificada para que fosse considerada já Casa de Deus. Ou, então, existia ainda, à data, um qualquer outro templo anterior que foi posteriormente substituído pelo atual. No entanto, a uniformidade da fábrica de Ribas, extremamente homogénea ao nível dos seus paramentos (compostos por silhares bem esquadriados que formam fiadas de dimensões muito regulares) e dos seus elementos decorativos, entre os quais prevalece o uso do motivo da pérola, como veremos, leva-nos antes a propor que esta epígrafe memora a conclusão da construção da atual Igreja e que veio substituir a referida no documento de 1240. Vinte e nove anos parecem-nos excessivos para a edificação desta fábrica tão homogénea que mais parece ter sido construída de um fôlego, sem interrupções significativas que marcassem o edifício com cicatrizes nos paramentos ou que atestassem, através de variações dos seus elementos decorativos, a presença de várias campanhas ou de diversos *ateliers*. No ano de 1269 ter-se-á, então, gravado esta epígrafe num silhar interno da Igreja e que a Época Moderna removeu.

É o alçado sul que maior número de dados nos fornece para sustentar esta tese relativa ao rápido andamento das obras em Ribas, já que ao seu oposto se encostaram, na Época Moderna, diversas estruturas, entre as quais se destaca a sacristia ou uma capela. Estas dependências criam

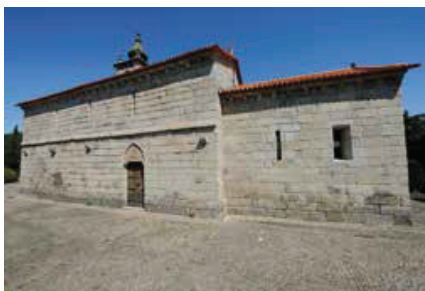
⁷ Hoje apenas se pode ler a segunda regra e o terço inferior da parte central da primeira linha: [Era] 130[7][...]T Iste Fecit. (Barroca, 2000: 954).

uma linha contínua com a própria torre, o que nos impossibilita de analisar o paramento românico na sua totalidade, nem saber como seria o seu portal. Assim sendo, no lado sul, a meia altura do paramento, corre um contínuo lacrimal que, juntamente com as mísulas que sob ele existem, nos confirmam que o portal lateral esteve em tempos idos abrigado por uma estrutura alpendrada, a qual, por ter sido constituída com materiais efémeros, naturalmente se perdeu. Este portal, inscrito na espessura do muro, fala-nos, pois, da aceitação de novas fórmulas em Ribas: as mísulas assentam sobre os pés-direitos e sustentam um tímpano liso – elemento de resistência –, envolvido por uma arquivolta com quebra acentuada que, no chanfro, ostenta um conjunto de pérolas, outro elemento de resistência. As “esferas soltas [e] alto relevo” constituem um dos motivos identificados com o n.º 12, no inventário elaborado por Joaquim de Vasconcelos (Vasconcelos e Abreu, 1918: 70), o que comprova a sua popularidade entre os fazedores do românico edificado em território português. E, caso raro na arquitetura da época românica, seja ela plena ou de resistência, em Ribas vamos ver um constante recurso a este motivo, que surge também nas duas arquivoltas do portal principal e a decorar a larga fresta que o encima, nas cornijas da empena da fachada principal, na do arco triunfal e na da parede fundeira da cabeceira, assim como ao longo das cornijas laterais da nave e abside. O facto de a maioria dos cachorros da Igreja se apresentar lisa confirma-nos o carácter tardio da fábrica de Ribas. Se é na capela-mor que encontramos os pouquíssimos cachorros ornamentados desta Igreja, não deixa de ser significativo que o motivo que mais vingou tenha sido precisamente o da pérola, isolada.

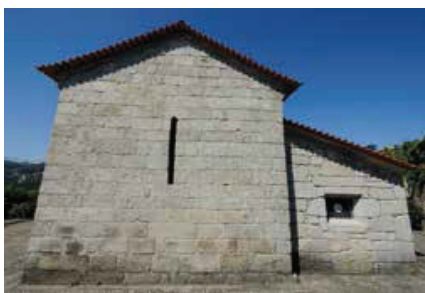
430



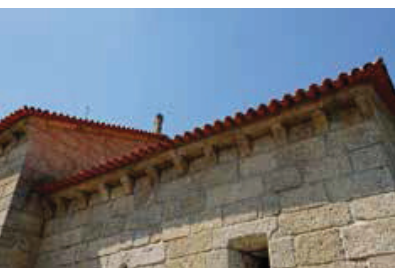
Fachada sul. Nave. Portal. Arquivolta. Pérolas.



Fachada sul.



Fachada oriental.



Fachada sul. Capela-mor. Cachorros.

Este motivo decorativo, de evidente sabor românico, tão glosado em Ribas, assume-se aqui como resistência, devendo ser entendido no âmbito dos impulsos de inspiração de um *atelier* local que se encontrava seguramente afastado dos principais centros artísticos da época. O recurso ao arco quebrado não deve ser aqui interpretado como testemunho de feitura tardia, pois, como se sabe, o românico pleno também dele fez uso. As estreitas frestas que iluminam o interior da nave, rasgadas nos alçados laterais, sobre a cornija, e a parede fundeira da abside são seguramente mais um elemento de resistência. Mas é precisamente nos cachorros lisos e no arranjo dado aos portais que encontramos aquela ideia de aceitação de novidade que anteriormente referimos.

O portal principal, como dissemos já, compõe-se de duas arquivoltas quebradas ornadas com pérolas. Inscrito na espessura do muro, encontra-se assim nos antípodos do modelo que mais se disseminou nos testemunhos coevos da bacia do Sousa, e que também chegou à do Tâmega, e que procurou monumentalizar os portais, rasgando-os em corpos salientes que lhes conferiam uma maior profundidade. Recordem-se os exemplos de Travanca (Amarante), Paço de Sousa (Penafiel) ou Airães (Felgueiras), só para referir alguns. As colunas, de fuste cilíndrico, são estreitas e elegantes, assim como os cestos dos seus capitéis, aos quais se agarra folhagem relevada, mas sem grande volumetria, que acolhe na sua composição as pérolas que, por estarem alinhadas com as das arquivoltas, criam aqui uma continuidade evidente. O tímpano, assente sobre mísulas decoradas com uma roseta de relevo acentuado, mostra-nos uma cruz incisa, já florenciada. Falando em cruzes, as terminais da nave, na fachada principal e na empena do arco triunfal, apresentam-se muito originais pelo carácter alteado da sua haste, que termina em círculo, onde se insculpe uma cruz pátea.

431



Fachada sul. Nave. Portal.



Fachada ocidental. Portal.

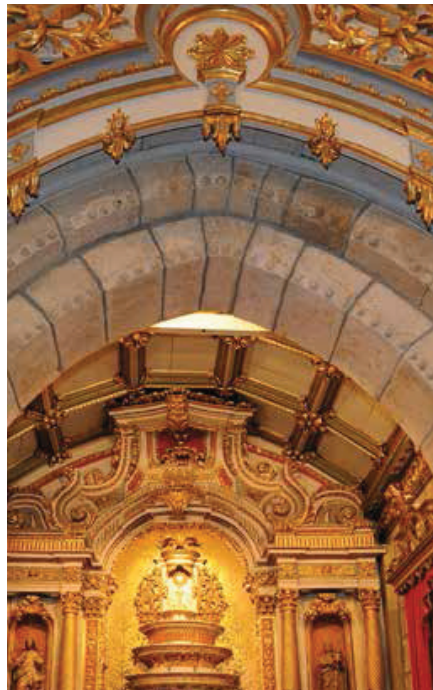




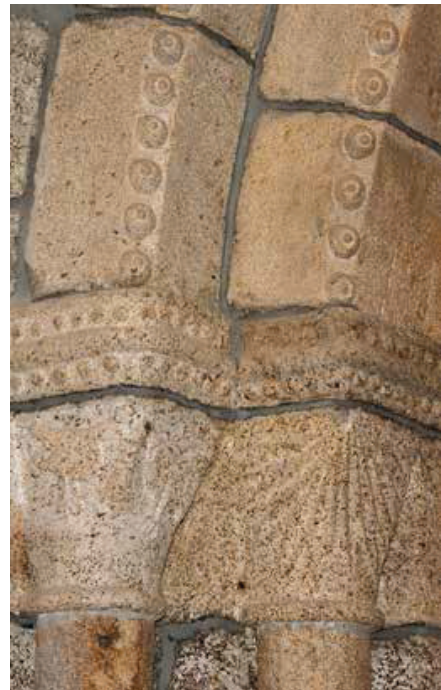
Adro. Pia batismal.

Ainda no exterior, da época românica parece-nos ser, ainda, a pia batismal que se encontra num ângulo do adro ajardinado. A taça e o pé, circulares, são lisos.

O espaço interno da Igreja de Ribas não nos mostra já um espírito românico. Embora o granito dos paramentos seja aparente, impera o trabalho da talha, já policroma e de cronologia recente, como veremos mais adiante. O único elemento que nos fala da época românica é, precisamente, o arco triunfal, monumentalizado por grande sanefa entalhada que respeitou o seu desenho. Como atrás referimos, as suas duas arquivoltas quebradas são decoradas com o motivo das esferas no chanfro. No entanto, há aqui um aspeto digno de nota e extremamente original: repete-se aproximadamente o esquema do portal principal ao nível dos capitéis, embora sem o prolongamento do motivo das pérolas sobre os mesmos. Embora este último não disponha de impostas, no arco cruzeiro vemos, no lado do Evangelho, uma imposta composta por boleado ladeado por esferas, motivo que se prolonga ao modo de friso na parede envolvente, no lado voltado à capela-mor. Já do lado da Epístola, a presença de molduras clássicas leva-nos a supor ter havido aqui uma qualquer alteração na Época Moderna, quiçá durante a campanha que rasgou uma janela retangular na parede da capela-mor, do mesmo lado. Muito original é também o motivo que foi esculpado no fecho da arquivolta interior do arco, no lado voltado à nave, e que julgamos ser uma águia com as asas abertas.



Arco triunfal.



Arco triunfal. Aduelas, impostas e capitéis.



Vista geral do interior a partir da nave.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Em 1726 era um pouco diferente a organização espacial do interior da Igreja de Ribas. Conforme nos noticia Francisco Craesbeeck (1992: 361), sabemos que, além das cruzes de sacração e da inscrição que publicou, existia uma “grave pintura da visitação da Senhora, feita pelo famoso Arnaut”⁸. Sobre a Igreja mais nada nos informou este autor. Os dados memorados em 1758 dão-nos mais pistas sobre a organização do espaço interior da Igreja em tempo anterior ao da conceção dos atuais retábulos. Segundo a memória desta freguesia, existia na Igreja paroquial – que tem por “orago Sam Salvador de Ribas” –, quatro altares, a saber: o maior, da invocação do orago e onde se achava o Santíssimo Sacramento, “o segundo hé o da Senhora do Rozario que fica para a parte do Norte, o terceiro hé da Senhora do Valle que fica para a parte do Nascente, o quarto hé do Senhor dos Passos que confronta com o Nascente” (Capela, 2003: 251).

Presentemente mantém-se a disposição dos quatro retábulos, embora as invocações neles venerados tenham sido alteradas e no início do século XX se refira mais um. Efetivamente, já em 1911, aquando da inventariação dos bens imóveis e mobiliário da Igreja, na sequência da Lei da Separação, os títulos divergiam das denominações setecentistas⁹. Para além do altar maior, onde repousavam as imagens do Salvador e da Virgem da Graça, existia o do Sagrado Coração de Jesus (cuja invocação terá substituído a da Virgem do Rosário)¹⁰, o do Sagrado Coração de

8 Referia-se Francisco Craesbeeck a Manuel Pinheiro Arnaut, debuxador do século XVII? Veja-se Pamplona (2000: 141).

9 PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo. Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Braga, Celorico de Basto, Arrolamento dos bens culturais, Ribas, Liv. 14, fl. 155-157, ACMF/Arquivo/CJBC/BRA/CEL/ARROL/020.

10 A imagem continuava a venerar-se neste altar, juntamente com a de São Sebastião, ambas em madeira (Idem, *ibid*).

Maria (edificado em substituição do que fora dedicado ao Senhor dos Passos)¹¹, o altar titulado da Virgem do Rosário e outro dito das Dores, devendo este referir-se à capela que foi adossada à parede norte do corpo da Igreja¹². Dentro do conjunto de imaginária que vale a pena destacar, apontamos as esculturas do Santíssimo Salvador (trabalho da primeira metade do século XVIII, de madeira estofada, puncionada e esgrafitada), Senhora do Vale (século XVII, madeira policroma, dourada e puncionada) e Virgem do Rosário (século XVIII, particularmente expressiva da gramática barroca, apenas prejudicada pelos repintes que lhe foram impostos).



Capela-mor. Retábulo-mor do lado do Evangelho. Escultura. Salvador.



Capela-mor. Retábulo-mor do lado da Epístola. Escultura. Virgem do Vale.



Nave. Parede norte. Retábulo. Escultura. Virgem do Rosário.

A nível de talha, cabe ressaltar o bom trabalho dos artífices que edificaram o retábulo maior, de clara fundação e espírito maneiristas, embora profundamente marcado por acrescentos posteriores que se pretendiam revivalistas e buscavam no barroco a sua inspiração ou modelo. De facto, toda a restante ornamentação a nível retabular, das sanefas e do revestimento do arco cruzeiro evidencia uma permanência de estilos que marcou quer o século XIX, quer o século XX, pela mão de artífices locais ou regionais que pretendiam imitar ou recriar sobre padrões conhecidos. Nesse sentido, não podemos considerar os retábulos edificadas ao longo do corpo como “revivalismos” por serem obras portadoras de alguma idiosincrasia: aproveitamento de estruturas anteriores, aplicação de pastiche e uniformização do conjunto através de policromia e douramento. A cronologia destas estruturas permite-nos aferir da profunda alteração que o património integrado da Igreja de Ribas sofreu na viragem do século XIX para a centúria seguinte, não obstante a ausência de registos.

¹¹ Neste, para além da imagem principal, veneravam-se as invocações de Santo António e Santa Luzia. Hoje, apenas esta subsiste neste local, sendo acompanhada por Santa Bárbara (Idem, ibid).

¹² Construção posterior a 1758, pois neste ano se não refere.



Nave. Coro alto e teto.

436

Merece ainda referência o trabalho do artesoado do teto da nave, assim como a balaustrada do coro, constituída por balaústres de planta circular, dispostos em três conjuntos de oito, intervalados por quatro balaústres de planta quadrada com ornamentação vegetalista.

No exterior cabe referir a construção da torre campanário, a qual, não obstante revelar-se em desacordo com as dimensões e volumetria da Igreja, é uma estrutura *per si* de boas proporções, desenvolvida ao longo de três registos: um térreo, com porta de acesso e janelão, dois intermédios (o menor, onde se situa o relógio, e o maior, que alberga os sinos) e, finalmente, o do topo, marcado pelo coruchéu em forma de pera. É obra da segunda metade do século XVIII.



Fachada norte. Torre sineira.

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

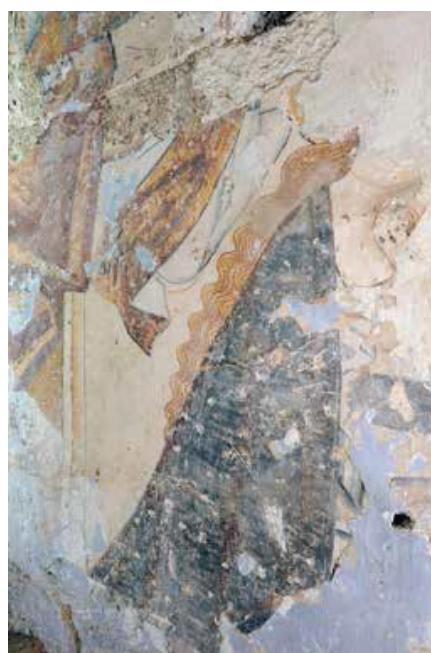
Por não se encontrar até à data classificada, ao longo do século XX a Igreja de Ribas não foi sujeita a intervenções por parte das entidades estatais competentes. As obras de conservação que foram realizadas em 1970 e em 2000/2001 foram feitas pela própria paróquia. Nas primeiras substituiu-se o soalho da Igreja e nas segundas, de dimensão considerável, foram realizados vários trabalhos de conservação geral da Igreja¹³.

Em 2012, tendo nós procedido à visita a esta Igreja, na companhia da investigadora Paula Bessa, lográmos identificar um conjunto de pinturas murais razoavelmente preservadas, situadas na cabeceira, atrás do retábulo maior. Foi possível distinguir, ao centro, a imagem de um *Salvador* de grandes dimensões (do tipo Cristo Ressuscitado/Salvador), à sua direita a figuração de *Santa Catarina de Alexandria* e à sua esquerda o que pode ser parte da cena da *Anunciação*.

Tendo integrado a Rota do Românico em 2010, a Igreja do Salvador de Ribas conhecerá seguramente uma outra proteção que, cremos, poderá conduzir à sua classificação. [MLB / NR]



Capela-mor. Parede fundeira do lado do Evangelho (atrás do retábulo-mor). Pintura mural. *Anunciação*.



Capela-mor. Parede fundeira do lado da Epístola (atrás do retábulo-mor). Pintura mural. *Santa Catarina de Alexandria*.

¹³ Estes trabalhos incluíram a substituição dos telhados, a recuperação da ala norte, ou seja, das dependências adossadas. Colocaram-se novos vitrais e limpou-se o exterior (cremos nós, os paramentos da Igreja, a julgar pelo tom suave da patine), além de que se arranjou o adro (Dinis, 2001).



CRONOLOGIA

Século XII: existência provável de um eremitério onde se prestava culto ao Salvador;

1220: nas Inquirições de D. Afonso II refere-se a igreja de "São Salvador de Ribas" que não pertencia ao padroado régio;

1258: as testemunhas das inquirições de Afonso III referem que o padroado da Igreja de Ribas era de cavaleiros e certos governadores;

1269: data provável para a edificação da Igreja que subsiste;

1320: a Igreja de Ribas é taxada em 350 libras para auxílio das Cruzadas;

1565: data que a tradição aponta para a exumação do corpo do beato D. Mendo, que aqui teria sido sepultado em 1170;

1726: o único vestígio do culto ao beato D. Mendo é o dente que se usava contra a mordedura de cães danados;

1758: a Igreja tinha quatro altares e não se referem vestígios do claustro e (ou) dependências monásticas;

1878: Pinho Leal diz que parte do mosteiro ainda existia e que servia para residência do pároco;

1970 e 2000-2001: são documentadas obras na Igreja a cargo da paróquia;

2010: a Igreja de Ribas passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

_____ – *História da arte em Portugal: o românico*. Lisboa: editorial Presença, 2001.

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião, dir. – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livaria Civilização, 1971.

BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas memórias paroquiais de 1758*. Braga: [s. n.], 2003.

CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano*. Lisboa: [na oficina de Craesbeeck], 1666.

CORREIA, António Mendes [et al.] – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1965. Vol. 25.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DAVID, Pierre – *Études sur la Galice et le Portugal du Vle au Xle siècle*. [Coimbra]: Institut Français au Portugal, 1947.

DINIS, António – *Igreja paroquial de Ribas/Igreja de São Salvador* PT010305180030 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2001. [Consult. 26 de maio de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

GAIO, Felgueiras Manuel José da Costa – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles/Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873-1890.

LEI [da Separação do Estado das Igrejas]. *D.G.* 92 (1911-04-21) 1619-1624.

LOPES, Eduardo Teixeira – *A terra de Celorico de Basto na Idade Média: inquirições régias*. [S.l.: edição de autor], 2008.

_____ – *O século XVIII nas freguesias do concelho de Celorico de Basto: memórias paroquiais*. Celorico de Basto: [edição do autor], 2005.

MATTOSO, José – *Eremitas portugueses no século XIII*. In MATTOSO, José – *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. 2.ª edição. Lisboa: INCM, 1997.

ORDEM DE CRISTO – *Definições e estatutos dos cavalleiros e freires da ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*. Lisboa: na Officina de Joam da Costa, 1671.

PAMPLONA, Fernando de – *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 2000.

PENOTTO, Gabriele – *Generalis totius sacri ordinis clericorum canonicorum historia tripartita...* Roma: ex Typographia Camerae Apostolicae, 1624.

PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Braga, Celorico de Basto, Arrolamento dos bens culturais, Ribas, Liv. 14, fl. 155-157, ACMF/Arquivo/CJBC/BRA/CEL/ARROL/020.

SANTA MARIA, Nicolau de – *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: Na Officina de loam da Costa, 1668.

VASCONCELOS, Joaquim de; ABREU, Marques – *A arte românica em Portugal: texto de Joaquim de Vasconcellos com reproduções seleccionadas e executas por Marques Abreu*. Porto: Edições Illustradas Marques Abreu, 1918.